



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA PARA A GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

PARECER Nº. 071/2010

DATA: 22.03.2010

LICITAÇÃO: 008/2010 – PREGÃO ELETRÔNICO – Lote Único

PROCESSO: 2.526/2009

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para Filmagem, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I (Termo de Referência).

RECORRENTE: VISTA COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA. EPP

RECORRIDA: INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA.

ASSUNTO: Recurso contra ato do Pregoeiro

Senhor Pregoeiro

Com vistas a subsidiar a decisão de Vossa Senhoria, apresentamos a análise acerca do Recurso, legítima e tempestivamente apresentado pela empresa VISTA Comércio de Eletro Eletrônicos Ltda. EPP, em face da declaração de vencedora da empresa INOVAMAX Teleinformática Ltda. para o Lote Único do certame licitatório em epígrafe.

Registre-se a tempestiva interposição de Contra-Razões pela empresa, ora Recorrida, às quais serão, igualmente, objeto de exame por parte desta Assessoria.

Passemos, então, à suma das alegações recursais apresentadas. Vejamos:

1. "No item 01 – 'Filmadora digital', há minuciosa especificação do equipamento pretendido, devendo qualquer oferta de produto diverso ser desclassificada, nos termos do item 4.6.2 do edital: "SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE NÃO ATENDAM ÀS EXIGÊNCIAS DO ATO CONVOCATÓRIO (...)."

2. "Verifica-se que a empresa INOVAMAX ofertou para o mencionado item a filmadora Sony HVR HD1000N que não atende a exigência do edital, pois possui monitor LCD de 2,7 polegadas, e o edital exige 'no mínimo 3,2 polegadas'."

3. "Fica claro a inferioridade técnica do produto Sony HVR HD1000N, causando um desequilíbrio entre os licitantes, pois o mesmo conseqüentemente possui valor de mercado muito inferior ao produto ofertado por nossa empresa."

4. "Tal procedimento fere os princípios licitatórios, pois o licitante vencedor deverá entregar o produto ofertado em proposta, produto este que não atende ao mínimo exigido. (...). A decisão, concessa vênha, deve ser reformada, a fim de atender às normas do edital e aos princípios basilares dos processos licitatórios."



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- Monitor LCD de no mínimo 3,2 polegadas (...)"

Diante da descrição dimensional expressamente prescrita pelo instrumento convocatório, e do conteúdo predominantemente técnico do argumento trazido pela empresa Recorrente, a i. Pregoeira solicitou a competente análise da Central de Tecnologia para Educação e Informação - CETEC, setor requisitante do objeto licitado, no intuito de esclarecer a controvérsia acerca do dimensionamento especificado pelo Anexo I do Edital em referência.

Instada, a referida CETEC manifestou-se, mediante a CI nº. 42/2010, reconhecendo a procedência do Recurso interposto, acrescentando, ainda, os seguintes esclarecimentos:

"Com relação ao Recurso Administrativo apresentado pela Empresa Vista Comércio de Eletro Eletrônicos Ltda. ao Pregão Eletrônico nº 08/2010, referente à compra de filmadora digital, informamos:

1 - A empresa vencedora, Inovamax Teleinformática Ltda., ofereceu a Filmadora Digital Sony HVR-HD1000N, que atende aos recursos técnicos e às necessidades desta Central de Tecnologia. Todavia, a citada câmera possui um monitor LCD de 2,7 polegadas, ou seja, 0,5 polegadas menor que o previsto no Edital, que exige o mínimo de 3,2 polegadas.

2 - Tal monitor funciona como uma pré-visualização da imagem que está sendo capturada, ou seja, é um recurso que proporciona 'conforto' ao operador de câmera. No entanto, em nada modifica o produto final da filmagem.

3 - A grande diferença de preço entre a câmera vencedora e a segunda colocada representa economia para os cofres públicos. Essa economia foi o fator responsável pela escolha da câmera em questão, mas, em momento algum, houve benefício direto à empresa Inovamax, uma vez que, durante o pregão, não são divulgados os nomes das empresas e somente os produtos com os respectivos valores.

4 - Os representantes da CETEC opinaram em descartar propostas que não atendiam às especificações contidas no Edital, no entanto, se valeram dos recursos oferecidos na já mencionada HVR-HD1000N e da considerável economia para considerá-la adequada às atividades destinadas, deixando passar o sutil detalhe do tamanho do monitor, detalhe esse já informado no item '2' que nada interfere na qualidade das filmagens.

Sendo assim, entendemos que a câmera da empresa Inovamax, vencedora do pregão, atende às necessidades, mas é procedente o recurso da Empresa Vista Comércio de Eletro Eletrônicos, haja vista o tamanho do monitor de pré-visualização, de fato, ser menor do que o previsto no Edital."

Realmente, ao compulsar os autos do Processo Licitatório em referência, verificamos constar, expressamente da Proposta Comercial



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

cidadão, legitimidade para "impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ...";

(e) e do julgamento objetivo atrela a Administração, na apreciação das propostas, aos critérios de aferição previamente definidos no edital ou carta-convite, com o fim de evitar que o julgamento se faça segundo critérios desconhecidos dos licitantes, ao alvedrio da subjetividade pessoal do julgador; o art. 45 ilustra o propósito do princípio ao estatuir que "O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle". ¹ (grifamos)

Destarte, declarar-se vencedora do certame, determinada empresa, cuja proposta comercial mostra-se comprovadamente incompatível com as especificações técnicas definidas no Edital para o objeto licitado, configura clara inobservância da estrutura normativa que ampara o procedimento administrativo licitatório.

Nesse sentido – "A Administração não deve aceitar necessariamente todas as propostas que lhe são encaminhadas. A proposta encaminhada pelos licitantes deve ser analisada sob três aspectos: em primeiro lugar, deve-se verificar a compatibilidade dela com as especificações definidas para o objeto licitado no edital e se ela cumpre os requisitos formais do edital; em segundo lugar, deve-se analisar o preço, se ele está ou não acima do praticado no mercado e, em terceiro lugar, se o preço é ou não inexeqüível, isto é, abaixo do preço de mercado.

Tal ocorre no pregão presencial, aqui, no pregão eletrônico, logo quando as propostas iniciais tiverem sido recebidas pelo pregoeiro, este deve proceder à análise da aceitabilidade no que tange ao primeiro aspecto destacado no parágrafo acima, qual seja, em relação ao atendimento das especificações contidas no edital e quanto ao cumprimento de requisitos formais". ² (grifamos)

E, acrescente-se: É justamente isso o que prescreve o art. 13, em seus incisos XIII e XIV do Decreto estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008, cujo texto demanda ao pregoeiro examinar a conformidade das propostas, confrontando as especificações com aquelas detalhadas no edital, desclassificando (para participar da etapa competitiva) aquelas que estiverem em desacordo com o instrumento convocatório.

Partindo de tais premissas fático-jurídicas, ratificamos o entendimento de que não há como prevalecer a declaração de vencedora da empresa INOVAMAX Teleinformática Ltda., proferida pela i. Pregoeira no presente certame licitatório, sob pena de violação direta à estrutura principiológica de toda a atividade administrativa, bem como de infringência à própria letra da Lei.

Ultrapassada essa primeira questão, faz-se mister elucidarmos as consideráveis implicações trazidas pela manifestação técnica da CETEC (CI nº 42/2010) ao certame licitatório em referência.

¹ Idem, pp. 62 e 63.

² NIEBUHR, Joel de Menezes. *Pregão Presencial e Eletrônico*. 4ª ed. ver., atual. e ampl. Curitiba: Zênite Editora. 2006, p. 358.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

fase interna, haja vista a constatação de vício insanável na descrição técnica do objeto licitado.

E o fazemos, ressalte-se, em estrita pertinência com os ditames principiológicos sob os quais se ampara toda a atuação público-administrativa, conforme abaixo restará demonstrado.

Ao admitir o equívoco na especificação técnico-objetiva, a CETEC acabou por denunciar uma irregularidade capaz de contaminar as raízes do certame, induzindo à ocorrência de nulidade que, de forma insanável, macula todo o procedimento licitatório.

Resta-nos claro, portanto, que a anulação desse ato administrativo viciado e dos demais que dele decorrem é medida cogente, eis que diretamente vinculada ao princípio da legalidade.

Com efeito, diante de sua absoluta submissão à Lei, cumpre ao Administrador, sempre que se deparar com qualquer ilegalidade, seja procedimental ou meritória, reconhecê-la de plano, de modo a evitar que ato contrário ao arcabouço jurídico vigente venha a prosperar e/ou produzir efeitos.

Nesse sentido, a relevância intrínseca à legalidade dos atos administrativos fez com que o Supremo Tribunal Federal editasse Súmula Jurisprudencial, na qual expressamente reconhece o **dever** de anulá-los (quando eivados de vício insanável) por parte da Administração Pública. Senão, vejamos:

"Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

E acrescente-se: Mais do que reconhecer uma prerrogativa ao Administrador, a Súmula atribui-lhe verdadeira incumbência, posto que, como protagonista do regime jurídico público, deve ele zelar pela incólume manutenção da legalidade.

Discorrendo sobre o tema, o Ministro Luiz Fux definiu, de forma hialina, as peculiaridades que o cercam:

"Com efeito, é assente no direito pátrio que à Administração Pública aplica-se o princípio da autotutela administrativa, conferindo-lhe a possibilidade de revisão de seus atos, seja por vícios de ilegalidade, seja por motivos de conveniência e oportunidade, na forma da súmula 473, do Eg. STF, (...).

De fato, a prerrogativa de rever seus atos (jurídicos), sem necessidade de tutela judicial, decorre do cognominado princípio da autotutela administrativa da Administração Pública.

Por seu turno, a autotutela administrativa não se amolda nem ao instituto da prescrição, nem ao da preclusão, (...), posto que, como dito anteriormente, à Administração Pública é conferido o poder de rever seus próprios atos sem que necessite, para isso, bater às portas do judiciário, revelando-se, assim, direito potestativo.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

debatido no presente Parecer, como também o da ampla competitividade e, em última análise, o princípio da economicidade.

Finalmente, no intuito de ratificar o entendimento aqui esposado, pedimos *vênia* para colacionarmos dois julgados emanados de nossa Corte de Justiça, cuja síntese é a seguinte:

"EMENTA: Agravo de Instrumento. Direito Administrativo. Licitação. Anulação do certame por vício de legalidade. Se mesmo após a publicação do resultado do certame, a Administração Pública detecta alguma ilegalidade, impõe-se, de forma imposterável, rever o ato anteriormente exarado, mediante o exercício de seu poder de autotutela. Se a decisão que anulou o processo licitatório está devidamente fundamentada, e, de fato, o vício de ilegalidade encontra-se caracterizado em razão de dúvida a respeito de matéria tratada no edital, que acabou gerando contradição e má interpretação na formulação de propostas pelos licitantes, justificar-se, num juízo sumário, a anulação do certame." ⁶ (grifos nossos)

"EMENTA: Ação ordinária de nulidade absoluta de ato administrativo - Licitação - Tendo sido constatada ilegalidade no instrumento convocatório, há que ser declarada a nulidade do certame." ⁷ (grifos nossos)

Feitas essas considerações, esta Assessoria opina, s.m.j., pela anulação integral do Procedimento Licitatório – Pregão Eletrônico nº 008/2010, haja vista o equívoco técnico cometido na descrição do objeto ora licitado, que não se coaduna aos termos da normatização aplicável.

À elevada e criteriosa apreciação de Vossa Senhoria.


Daniela Ataíde Giovannini Alves
Assessora Técnica II


João Pedro de Oliveira Stringheta
Assessor – ASCONT, em exercício

⁶ TJMG. Processo nº. 1.0024.04.530069-6/001(1). Relator: Pinheiro Lago. Data do Julgamento: 07.06.05. Data de Publicação: 24.08.05.

⁷ TJMG. Processo nº. 1.0000.00.328900-6/000(1). Relator: Carreira Machado. Data de julgamento: 09.10.03. Data de Publicação: 11.11.03.

DIÁRIO DO JUDICIÁRIO



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Des. Sérgio Antônio de Resende
Presidente

Des.ª Márcia Maria Milanez
3ª Vice-Presidente

Des. Mário Lúcio Carreira Machado
1ª Vice-Presidente

Des. Célio César Paduan
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Joaquim Merculano Rodrigues
2ª Vice-Presidente

Des. Antônio Marcos Alvim Soares
Vice-Corregedor-Geral de Justiça

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - ANO III - BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2010 - Nº 52

Lei Federal nº 11.419 de 19/12/2006, art 4º

"Assinatura Digital: o presente documento está assinado digitalmente, nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui forma de criptação eletrônica do documento. Ela está empregada neste documento eletrônico como recurso tecnológico da segurança da informação. Os dados que compõem cada informação deste documento foram criados pela assinatura digital quando do respectivo armazenamento no equipamento-banco-de-dados do TJMG. Para a cifragem e armazenamento, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais empregou certificados digitais expedidos por instituição certificadora devidamente credenciada na ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira). O presente documento recebeu assinatura digital com uso de Certificado de padrão ICP-Brasil com algoritmo de assinatura "sha1RSA", expedido pela Autoridade Certificadora denominada "AC PRODEMGE SRF", usado padrão de algoritmos criptográficos de RSA(1024 bits). Os métodos criptográficos empregados impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento digitalmente assinado e armazenado sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente DIÁRIO DO JUDICIÁRIO DO TJMG."

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTES À
DIRETORIA EXECUTIVA DE
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

MAGISTRATURA

Designando o(a) Desembargador(a) Armando Freire para substituir, na Corte Superior, o Desembargador(a) Brandão Teixeira, no período de 22 a 29/03/10.

Deferindo, nos termos do parecer, averbação de tempo de serviço requerida pelo Juiz de Direito Ricardo Torres Oliveira.

Designando, nos termos da legislação vigente, os Juizes de Direito da comarca de Diamantina, Elexander Camargos Diniz, da 1ª Vara, e Neanderson Martins Ramos, da 2ª Vara, para cooperarem mutuamente entre as referidas varas, a partir de 15.03.2010.

Designando, nos termos da legislação vigente, o Juiz de Direito João Ary Gomes, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Paracatu, para

cooperar na 1ª Vara Cível da mesma comarca, a partir de 16.03.2010.

Designando, nos termos da legislação vigente, o 2º Juiz de Direito Auxiliar Especial de Montes Claros, Maurício Leitão Linhares, para cooperar na Vara de Execuções Criminais e do Tribunal do Júri da mesma comarca, especialmente para presidir as Sessões do Tribunal do Júri, abaixo relacionadas: 24.03.2010, às 8:30 horas - Réus: Dalmar Ferraz de Melo e Dalmar Ferraz de Melo Júnior, processo número 0433.02.055070-6; 25.03.2010, às 8:30 horas - Réu: Valdeci Alves Ferreira, processo número 0433.08.269192-7.

Designando, nos termos da legislação vigente, o Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da comarca de Formiga, Altair Resende de Alvarenga, para cooperar na Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Campo Belo, especialmente para presidir as Sessões do Tribunal do Júri, abaixo relacionadas:

25.03.10, às 10:00 horas - Réus: Alan de Souza, co-autoria, Anderson Pimenta dos Reis, processo número 0112.09.091649-8;

26.03.10, às 10:00 horas - Réu: Waldeci Silva Maria, processo número 0112.05.059760-1.

Designando, nos termos da legislação vigente, o 1º Juiz de Direito Auxiliar Especial de Juiz de Fora, Orfeu Sérgio Ferreira Filho, para substituir na 5ª Vara Cível da mesma comarca, a partir de 05.04.2010, enquanto durar o afastamento do atual titular.

Dispensando, o Juiz de Direito Substituto Júlio César Silveira de Castro, de substituir na 5ª Vara Cível de Juiz de Fora, a partir de 05.04.2010, ficando mantida sua designação para responder pela comarca de Guarani.

Ver Anexo III - Planilha Deferindo afastamentos dos magistrados - no final do documento.

2ª INSTÂNCIA

Retificando publicação do dia 09/12/2009 (DJe 04/12/2009), referente o reconhecimento de exercício da servidora efetiva Maria Célia Álvares Marinho e Pereira, TJ 3637-6, onde se lê no período de 18/06/2007 a 08/02/2009, leia-se 18/09/2007 a 08/02/2009.

1ª INSTÂNCIA

Colocando à disposição do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais, a servidora

Hermione Leles Freitas Ferreira, PJPI 26818-5, Oficial de Apoio Judicial D, da comarca de Rio Vermelho, para prestar serviços no Cartório da 317ª Zona Eleitoral de Montes Claros, em caráter excepcional, até o término das eleições, sem ônus para aquele órgão, nos termos da Lei 6999/1982.

Deferindo pedido de remoção da servidora efetiva Juliane Ribas Figueiredo, ocupante do cargo de Oficial de Apoio Judicial D, da comarca de Governador Valadares para a comarca de João Monlevade.

Indeferindo pedido de permuta entre as servidoras Karina Pellegrinelli Frison, PJPI 21227-4, Oficial de Apoio Judicial D, efetiva, da comarca de Santa Rita de Caldas para a comarca de Poços de Caldas, e Marilda Aparecida Nogueira Félix, PJPI 9200-7, Oficial de Apoio Judicial D, estável efetivada, da comarca de Poços de Caldas para a comarca de Santa Rita de Caldas.

Nomeando Thaís Cristina Magalhães Almeida, PJPI 14181-2, Oficial de Apoio Judicial D, efetiva, do Quadro de Servidores da Justiça de 1ª Instância, da comarca de Araxá, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, por indicação do Juiz de Direito Dr. Eduardo Tavares Vianna, da 1ª Vara Cível da comarca de Araxá.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Licitação nº 008/2010
Processo nº 2526/2009
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Aquisição de Equipamentos para Filmagem, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital de Licitação.

Recorrente: VISTA COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA. - EPP

Recorrida: INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA.

Assunto: Recurso contra ato do Pregoeiro.

Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, conheço do recurso, interposto tempestivamente, e, no mérito, dou-lhe provimento, para, no poder-dever de autotutela administrativa, declarar a nulidade de todo o procedimento licitatório, tendo em vista a necessidade de revisão das especificações técnicas do objeto licitado. Publique-se e dê ciência aos Licitantes.

LOTE ÚNICO - ANULADO

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Daniela Ataíde Giovannini Alves
23.03.2010

Contratos (Extratos)

Marcam Industrial Ltda. - Ct. 122/2010 de 22.03.2010. Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção e plotagem de placas para solenidades e eventos e sinalização de gabinetes e plenários do TRIBUNAL. Vigência: 22.03.2010 a 22.03.2011. - Valor do Ct.: R\$ 15.000,00. - Dotação Orçamentária nº. 031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.31 - Locação de Serviços Gráficos.

Universidade Federal de Minas Gerais por meio da sua Faculdade de Medicina, com interveniência do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico - NUPAD. - Ct. 093/2010 de 19.03.2010. - Objeto: Cessão gratuita pelo TRIBUNAL à UFMG de uma sala de serviço administrativo e de uma sala de atendimento para entrevista e coleta, vinculadas à 3ª Vara de Família, situadas no 1º pavimento térreo do Fórum Lafayette, destinadas ao NUPAD para realização de exames de DNA. - Vigência: 19.03.2010 a 19.03.2015. - Valor do Ct.: Sem ônus para o Tribunal.

Autorização de Compra (Extrato)

AC. 118/2010 de 18.03.2010. - Licit. 068/2009. - Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda. - Objeto: Aquisição de cartuchos de toner para impressoras. Valor: R\$ 160.000,00. - Dotação Orçamentária: 031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.16 - Material de Informática.

Termo de Doação - (Extratos)

Associação dos Deficientes Físicos de Bom Despacho - ADEFIS/BD. - Ct. 027/2010 de 19.03.2010. - Objeto: Doação de equipamentos de informática e de materiais permanentes inservíveis.

Associação Casa da Criança e do Adolescente de Caxambu/MG. - Ct. 046/2010 de 19.03.2010. - Objeto: Doação de materiais permanentes inservíveis.

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Henrique Esteves Campolina Silva
23.03.2010

Aviso

Licitação: 012/2010
Processo: 1888/2009
Modalidade: Concorrência
Objeto: Obra de construção do novo prédio do fórum da Comarca de Açucena/MG.
A empresa ENGENHARTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. interpôs recurso

administrativo nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Diretora Executiva: Neuza das Mercês Rezende
23 de Março de 2010.

GERÊNCIA DE PROVIMENTO E DE CONCESSÕES AOS SERVIDORES
Gerente: Maria das Mercês Simões R. Pinto

Pela 1ª Instância

Aviso

Por motivo de extravio, fica nula e sem valor jurídico a 1ª via da carteira funcional do servidor: -Ricardo Augusto Guimarães Gabrich, PJPI-11538-6, Montes Claros.

Concedendo, nos termos do art.54 da Portaria-Conjunta nº. 076/2006, licença à gestante, por 120 (cento e vinte) dias, bem como prorrogação de licença-maternidade, nos termos do art.3º da Resolução nº. 605/2009, por 60 (sessenta) dias, às servidoras a seguir relacionadas:

-Edilma Rodrigues Gonçalves Silva, PJPI-23839-4, Divinópolis, a partir de 15.03.2010;
-Michelle Carolline Martins, PJPI-24785-8, Visconde do Rio Branco, a partir de 12.04.2010.
-Patrícia Dias Santana Ramos, PJPI-21768-7, Belo Horizonte, a partir de 13.03.2010.

Anotando Portaria do Diretor do Foro:

Substituição - designação a partir da data da publicação, durante afastamento do titular:

-Daniela Righi Oliveira Gontijo do Nascimento, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28;
-Denise Cleto Ximenes Saraiva, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, até 09.05.2010;
-Vanio José Almeida, Sacramento, Oficial de Apoio Judiciário D, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, PJ-28.

Substituição - designação durante afastamento do titular:

-Afonso Henrique Franco, João Molevade, Técnico de Apoio Judicial de Segunda Entrância C, PJ-58, a partir de 15.03.2010;
-Elza Maria Moreira Muniz, Tiros, Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância C, PJ-52, 02 dias, a partir de 21.01.2010;
-Gianna Gianecchini Bosco Ferreira, Bambuí, Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância C, PJ-52, 06 dias, a partir de 16.07.2009, ficando retificada a publicação de 14.10.2009;
-Heleomar Seabra Dutra, Mutum, Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância C, PJ-52, 14 dias, a partir de 07.01.2009;
-Juliana Gonçalves Mota, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, a partir de 05.03.2010 até 28.06.2010, ficando retificada a publicação de 02.03.2010;
-Lívia Carla Lima Cruz, Montes Claros, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 08 dias, a partir de 12.02.2010;
-Marilene Silva Ribeiro Vieira, Montes Claros, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 23 dias, a partir de 21.01.2010;

-Rafael Tudéia Guimarães, Teófilo Otoni, Técnico Judiciário C, da especialidade Psicólogo Judicial, PJ-42, a partir de 05.04.2010, até 01.10.2010.

Tornando sem efeito a anotação de Portaria do Diretor do Foro, referente à designação do servidor: -Ana Lúcia Henriques Campos, Igarapé, publicada em 15.03.2010.

Anotando Portaria de Dispensa:

-Enimar Maria de Souza, PJPI-13.230-8, João Molevade, Técnico de Apoio Judicial de Segunda Entrância C, PJ-58, a partir de 15.03.2010.

Tornando sem efeito Publicação do dia 18.03.2010, referente à concessão de 15 dias de férias prêmio, a partir de 08.04.2010, para o servidor Emílio Gomes Ribeiro, PJPI-9063-9.

Expedindo título declaratório, nos termos do art. 112 do A.D.C.T. da constituição Estadual, acrescido pelo art. 4º da Emenda Constitucional nº57, de 15.07.2003, aos servidores:

-Ana Lúcia do Carmo Teixeira Mendes Ferreira, PJPI-3007-2, Belo Horizonte, 5º adicional, a partir de 30.01.2010;
-Célia Firmino de Menezes, PJPI-11646-7, Uberlândia, 4º adicional, a partir de 28.01.2010;
-Celso Batista Santos, PJPI-11639-2, Três Marias, 4º adicional, a partir de 31.01.2010;
-Francisca Rosa Gomes, PJPI-25531-5, Porteirinha, 6º adicional, a partir de 29.01.2010;
-Márcia Lopes Cançado Amorim, PJPI-148-7, Belo Horizonte, 6º adicional, a partir de 30.01.2010;
-Raquel Araújo da Trindade, PJPI-7214-0, Belo Horizonte, 4º adicional, a partir de 30.01.2010;
-Silvana Siqueira Brandão Mattos, PJPI-9764-2, Teófilo Otoni, 4º adicional, a partir de 27.01.2010;
-Sonia Regina Augusta de Souza, PJPI-7224-9, Belo Horizonte, 5º adicional, a partir de 31.01.2010.

Expedindo título declaratório de adicional de 10%, nos termos do art. 113 do A.D.C.T. da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 4º da Emenda Constitucional nº57, de 15.07.2003, aos servidores: -Francisca Rosa Gomes, PJPI-25531-5, Porteirinha, a partir de 29.01.2010;
-Márcia Lopes Cançado Amorim, PJPI-148-7, Belo Horizonte, a partir de 30.01.2010.

GERÊNCIA DE SAÚDE NO TRABALHO

Gerente: Jeane Possato Amaral Machado
22/03/2010

Primeira Instância

Concedendo licença saúde aos seguintes servidor(es):

CAPITAL

Adriana Silva Reis, PJPI 206458, de Belo Horizonte, 03 (três dias), a partir de 16 de março de 2010; Alessandra Lotti Profeta, PJPI 265835, de Belo Horizonte, 01 (um dia), a partir de 12 de março de 2010; Andrew Francis dos Santos Maciel, PJPI 200824, de Belo Horizonte, 05 (cinco dias), a partir de 15 de março de 2010; Elder Pires Araújo, PJPI 157180, de Belo Horizonte, 01 (um dia), a partir de 15 de março de 2010; Eliane Geralda dos Reis Alves, PJPI 125419, de Belo Horizonte, 10 (dez dias), a partir de 08 de março de 2010; Elizabeth Onila dos Santos, PJPI 61804, de Belo Horizonte, 11 (onze dias), a partir de 12 de março de 2010; Gheise Costa de Carvalho e Silva, PJPI 265454, de Belo Horizonte, 02 (dois dias), a partir de 09 de março de 2010; Gilma de Fátima Guimarães Murta, PJPI 58123, de Belo Horizonte, 01 (um dia), a partir de 15 de março de 2010; Gislene